

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$909 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando evolução de 26,7% em relação a R\$717 milhões em 31 de dezembro de 2015. O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$246 milhões em comparação ao lucro de R\$28 milhões do mesmo período do ano anterior. O aumento ocorre principalmente por

aumento na remuneração da comissão na corretagem de seguros. Em 2016, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$46 milhões, pagos em janeiro de 2017 e foram provisionados dividendos no valor de R\$12 milhões imputados integralmente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2016.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$1.154 milhões comparados a R\$864 milhões em 31 de dezembro de 2015, representados principalmente por aplicações financeiras de R\$443 milhões e investimentos em controlada e controladas em conjunto de R\$412 milhões.

São Paulo, 28 de março de 2017

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Ativo Circulante		561.056	202.486
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.18.c	1.560	265
Aplicações Financeiras	4	443.201	176.661
Contas a Receber		8	89
Créditos Tributários - Correntes		24.990	14.191
Outros Ativos Financeiros	9	11.103	11.253
Outros Ativos	7	80.194	27
Ativo não Circulante		592.543	661.430
Depósitos Judiciais		140.029	117.171
Créditos Tributários		37.029	42.548
Correntes	11.d	587	1.770
Diferidos	11.b.1	36.442	40.778
Outros Ativos Financeiros	9	3.002	2.927
Investimentos em Controlada e Controladas em Conjunto	5	412.329	498.630
Outros Investimentos		60	60
Ativo Intangível	6	94	94
Total do Ativo		1.153.599	863.916
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante		100.600	13.456
Contas a Pagar		835	2.268
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	8	51.435	
Salários a Pagar	18.c	785	815
Impostos a Pagar		27.774	573
Provisões	10	19.479	9.695
Outros Passivos		292	105
Passivo não Circulante		144.411	133.284
Salários a Pagar		13	121
Salários Fiscais Diferidos	11.b.2	61.557	57.723
Provisões	10	82.841	75.440
Total do Passivo		245.011	146.740
Patrimônio Líquido			
Capital Social		548.500	548.500
Reservas de Lucros		352.629	165.294
Ajustes de Avaliação Patrimonial		7.459	3.382
Total do Patrimônio Líquido	12.a	908.588	717.176
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.153.599	863.916

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos			
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	548.500	28.194	116.502	(11.653)	-	681.543
Plano de Benefícios a Funcionários (CPC 33)	-	-	-	15.035	-	15.035
Lucro Líquido	-	-	-	-	27.598	27.598
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	-	-	-	(1.380)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.d	-	19.218	-	(19.218)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	548.500	29.574	135.720	3.382	-	717.176
Plano de Benefícios a Funcionários (CPC 33)	-	-	-	4.077	-	4.077
Lucro Líquido	-	-	-	-	245.685	245.685
Destinações:						
Reserva Legal	12.c	12.284	-	-	(12.284)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	(12.248)	(12.248)
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	(46.102)	(46.102)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.d	-	175.051	-	(175.051)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	548.500	41.858	310.771	7.459	-	908.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços), é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a prestação de serviços técnicos e administrativos com predominância de mão-de-obra de natureza não bancária e com a corretagem de todos os ramos de seguros, de planos previdenciários e de títulos de capitalização.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Serviços foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Santander Serviços é controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através do Banco Santander Brasil S.A. (Banco Santander) e da Santusa Holding, S.L. (Espanha) (Santusa), investimentos estes que totalizam o equivalente a 99,99% do capital social da Santander Serviços (Nota 18.b). O Banco Santander e a Santusa, foram consolidados e não fizeram objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas pela controladora.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 28 de março de 2017.

O resultado e a posição financeira da Santander Serviços estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

c) Principais normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve determinar a receita a ser reconhecida e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Os possíveis impactos decorrentes das alterações vigentes a partir de 2017 estão sob a análise da Santander Serviços, que deverá ser concluída até a data de entrada da norma.

d) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos financeiros;
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais;
- Benefícios pós-emprego;
- Redução ao valor justo do ativo; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não sejam coligadas desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação consideradas como perdas permanentes, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação consideradas como perdas permanentes, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

"Empréstimos e recebíveis": essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber";
- "Participações em empreendimentos conjuntos"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídos nas demais rubricas.

iii. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado); essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de venda ou empréstimos ("Posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar";
- "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar";
- "Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros"

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Subsequentemente, são mensurados a valor justo ou custo amortizado, dependendo da categoria. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "Empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "Passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

v. Investimentos em Controlada e Controladas em Conjunto

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados.

O ativo registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso.

vi. Ativo Intangível

A mensuração do valor recuperável dos outros ativos intangíveis - cessão de direitos de usos comerciais é realizada com base no método do fluxo de caixa descontado, que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados, comparado com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

vii. Outros Ativos

Inclui o saldo de precatórios a receber, adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

viii. Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

ix. Reconhecimento de Receitas e Despesas

a) Prestação de Serviços

Receitas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e

As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Santander Serviços é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliável como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Serviços. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 19).

i) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Serviços, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência, e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos (Nota 10.f).

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Serviços como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 10.f. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Santander Serviços aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

5. Investimentos em Controlada e Controladas em Conjunto

	Quantidade de Ações Ordinárias Possuídas (Mil)		Participação - %	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido		
	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	
Controlada								
Webcasas	24.500	24.500	100,00%	100,00%	22.651	21.989	682	1.487
Controladas em Conjunto								
Webmotors	366.182.676	366.182.676	70,00%	70,00%	110.268	243.031	32.884	33.420
TecBan ⁽¹⁾	743.944	743.944	19,81%	19,81%	405.214	375.074	27.568	37.141
Resultado de Equivalência Patrimonial								
01/01 a 31/12/2016								
01/01 a 31/12/2015								
Controlada								
Webcasas ⁽¹⁾	22.651	21.989	682	1.487				
Controladas em Conjunto								
Webmotors ⁽²⁾	77.190	170.124	23.019	23.396				
Webmotors - Mais Valia ⁽¹⁾	169.775	169.775	-	-				
TecBan ⁽¹⁾	80.280	74.309	5.971	5.913				
TecBan - Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	62.433	62.433	-	-				
Total dos Investimentos em Controlada e Controladas em Conjunto	412.329	498.630	29.672	30.796				



Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

avaliadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter indenizatório. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, sobre contratação irregular, cobrança indevida e outros assuntos.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações cíveis que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com a avaliação individual, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

e) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram R\$132.016 e cíveis R\$1.136 (31/12/2015 - respectivamente R\$44.911, R\$995 e trabalhista R\$17).

f) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

f.1) Planos de Pensão Complementar

A Santander Serviços patrocinou, juntamente com o Banco Santander, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela previdência social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

l) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pela Santander Serviços, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

ll) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o plano de aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado relacionado aos planos de contribuição definida em 2016 foi de R\$3 (SantanderPrevi). Em 2015 foram de R\$1 para o plano Banesprev e R\$151 para SantanderPrevi.

Auração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	31/12/2016		31/12/2015	
	Banesprev	Sanprev	Banesprev	Sanprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(112.364)	(203)	(93.514)	(173)
Valor Justo dos Ativos do Plano	295.696	310	247.081	253
Sendo:				
Superávit	183.332	107	153.567	80
Valor não Reconhecido como Ativo	165.796	-	153.567	80
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro (Nota 10.a)	17.536	107	-	-
Contribuições Efetuadas	10	-	15	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(13)	(14)	(15)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	17.540	121	-	-
Rendimento Efeito sobre os Ativos dos Planos	58.273	57	12.965	(89)
f.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica				
Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Cabesp): entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.				

Conciliação dos Ativos e Passivos

	31/12/2016		31/12/2015	
	Banesprev	Sanprev	Banesprev	Sanprev
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(115.629)	(177.199)		
Valor Justo dos Ativos do Plano	103.713	181.075		
Sendo:				
Superávit	-	3.876		
Déficit	(11.916)	-		
Valor não Reconhecido como Ativo	-	3.876		
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro	(11.916)	-		
Contribuições Efetuadas	876	794		
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(1.301)	(2.811)		
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(6.369)	5.124		
Rendimento Efeito sobre os Ativos dos Planos	39.999	33.911		

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	31/12/2016		31/12/2015	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	10,9%	10,8%	12,3%	12,0%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,9%	10,8%	12,3%	12,0%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%

Abertura dos Ganhos (Perdas) Atuariais por Experiência, Hipóteses Financeiras e Hipóteses Demográficas

	31/12/2016			31/12/2015		
	Banesprev	Sanprev	Cabesp	Banesprev	Sanprev	Cabesp
Experiência do Plano	(6.235)	(44)	(32.394)	(4.338)	112	(10.986)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(11.102)	(19)	(14.190)	10.301	26	20.802
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(332)	68	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(17.669)	5	(46.584)	5.963	138	9.816
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	28.527	26	18.832	(13.004)	(126)	16.841
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	28.527	26	18.832	(13.004)	(126)	16.841
Mudança no Superávit Irrecuperável	6.583	90	4.342	(6.261)	(8)	3.876
Efeito do Risk Sharing	-	-	11.917	-	-	-

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Sensibilidade	
	(+) 1.0%	(-) 1.0%
A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais:	14.534	(12.157)

	Duração (em Anos)	
	31/12/2016	31/12/2015
Banesprev I	8,30	8,16
Banesprev II	9,53	9,50
Banesprev III	8,65	8,80
Sanprev II	13,91	15,13
Cabesp	12,84	12,81

11. Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação	321.610	23.649
Juros sobre o Capital Próprio	(46.102)	-
Resultado antes da Tributação Ajustado	275.508	23.649
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	(93.673)	(8.041)
Resultado de Participação em Controlada e Controladas em Conjunto	10.088	10.471
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	5.376	923
Outros Ajustes	2.284	596
Imposto de Renda e Contribuição Social	(75.925)	3.949
Impostos Correntes	(69.847)	3
Impostos Diferidos	(6.078)	3.946
Impostos Pagos no Exercício	(46.157)	(4.304)

b) Impostos Diferidos

Os dados dos saldos das rubricas "créditos tributários diferidos" são:

b.1) Créditos Tributários Diferidos

Natureza e Origem:	Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.802	2.320	(1.241)	2.881
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	19.869	3.095	(6.735)	16.229
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.148	3.556	(1.031)	4.673
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	-	1.886	-	1.886
Participações no Lucro	198	233	(226)	205
Outras Provisões e Ajustes Temporários	3.540	7.028	-	10.568
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	27.557	18.118	(9.233)	36.442
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	13.221	-	(13.221)	-
Saldo dos Créditos Tributários	40.778	18.118	(22.454)	36.442

Natureza e Origem:

Natureza e Origem:	Saldos em 31/12/2014		Saldos em 31/12/2015	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.502	2.671	(2.371)	1.802
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	24.952	1.305	(6.388)	19.869
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.587	872	(1.311)	2.148
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	8.193	-	(8.193)	-
Participações no Lucro	253	210	(265)	198
Outras Provisões e Ajustes Temporários	7.090	-	(3.550)	3.540
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	44.577	5.058	(22.078)	27.557
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	-	13.221	-	13.221
Saldo dos Créditos Tributários	44.577	18.279	(22.078)	40.778

b.2) Passivos Fiscais Diferidos

Natureza e Origem:	Saldos em 31/12/2014		Saldos em 31/12/2015	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Ganho de Capital em Investimento avaliado ao Valor Justo (1)	57.723	-	57.723	-
Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	-	-	-	3.834
Total dos Passivos Fiscais Diferidos	57.723	-	57.723	3.834

(1) Refere-se à constituição de impostos diferidos sobre a diferença entre o valor contábil do investimento na Webmotors e a avaliação ao seu valor justo, em virtude da entrada da Carsales no capital social.

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários - Diferidos

Ano	31/12/2016		
	IRPJ	CSLL	Total
2017	7.434	3.178	10.612
2018	13.679	6.015	19.694
2019	2.206	1.884	4.090
2020	139	50	189
2021	139	639	778
2022 a 2024	416	150	566
2025 a 2026	377	136	513
Total	24.390	12.052	36.442

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

d) Impostos Correntes

O crédito tributário corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015, totalmente subscrito e integralizado é composto por 287.470.250 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Em 31 de dezembro de 2016 foram provisionados dividendos integralmente atribuído ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2016 no montante de R\$12.248 (R\$0,04 em reais por lote de mil ações). Em Reunião da Diretoria Executiva de 30 de dezembro de 2016 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício social de 2016, no montante de R\$46.102 (R\$0,16 em reais por lote de mil ações), correspondente a R\$39.187 líquido do imposto de renda (R\$0,14 em reais por lote de mil ações) e foram pagos em janeiro de 2017.

Em Reunião da Diretoria Executiva de 14 de dezembro de 2015 foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares integralmente atribuído ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015 no montante de R\$7.000 (R\$0,02 em reais por lote de mil ações), e foram pagos em dezembro de 2015.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente
Geraldo José Rodrigues Aickmin Neto

Diretores Executivos

Luiz Carlos Tagliamento

Reginaldo Antonio Ribeiro

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

d) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, com a finalidade de garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

13. Receita Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receita Bruta		
Serviços com Partes Relacionadas (1)	180.673	52.438
Serviços com Terceiros	72.895	76.644
Menos:		
PIS	(4.376)	(839)
Cofins	(20.	